

UNIMED DE DRACENA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO  
CNPJ - 68.204.486/0001-13  
BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO  
Em reais

		31/12/2021	31/12/2020
<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>		
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>18.543.946</b>	<b>19.286.255</b>
Disponível		57.879	52.935
Realizável		<b>18.486.067</b>	<b>19.233.320</b>
<b>Aplicações Financeiras</b>	<b>5</b>	<b>14.803.655</b>	<b>16.079.734</b>
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		4.214.912	4.068.163
Aplicações Livres		10.588.743	12.011.571
<b>Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde</b>	<b>6</b>	<b>645.842</b>	<b>1.690.537</b>
Contraprestação Pecuniária a Receber		549.222	439.402
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		303	794.346
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		96.317	456.789
<b>Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora</b>	<b>7</b>	<b>1.857.232</b>	<b>128.299</b>
<b>Créditos Tributários e Previdenciários</b>		<b>352.578</b>	<b>303.943</b>
Bens e Títulos a Receber	<b>8</b>	<b>817.787</b>	<b>1.030.035</b>
Despesas Antecipadas		1.749	772
Conta-Corrente com Cooperados		7.225	-
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>8.717.132</b>	<b>8.990.782</b>
Realizável a Longo Prazo		<b>705.842</b>	<b>735.234</b>
Depósitos Judiciais e Fiscais	<b>9</b>	705.842	735.234
Investimentos		<b>1.719.276</b>	<b>1.559.759</b>
Participações Societárias pelo Método de Custo	<b>10</b>	1.719.276	1.559.759
Imobilizado	<b>11</b>	<b>6.038.663</b>	<b>6.417.115</b>
<b>Imóveis de Uso Próprio</b>		<b>4.925.726</b>	<b>5.170.059</b>
Imóveis - Hospitalares		4.873.067	5.117.400
Imóveis - Não Hospitalares		52.659	52.659
<b>Imobilizado de Uso Próprio</b>		<b>1.022.606</b>	<b>1.132.191</b>
Imobilizado - Hospitalares		736.908	805.041
Imobilizado - Não Hospitalares		285.698	327.150
Outras Imobilizações		90.330	114.864
Intangível	<b>12</b>	<b>253.351</b>	<b>278.675</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>27.261.078</b>	<b>28.277.037</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

  
Dr. Mauro Candido Junqueira  
Presidente

  
Cristiane de Moraes Viana Torquetti  
CONTADORA  
CRC - SP - 208585/O-0

UNIMED DEDRACENA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO  
CNPJ - 68.204.486/0001-13  
BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO  
Em reais

	31/12/2021	31/12/2020
<b>PASSIVO</b>		
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>8.148.418</b>	<b>6.349.416</b>
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	13 <b>3.422.609</b>	<b>2.648.890</b>
Provisões de Contraprestações	<b>568.634</b>	<b>171.792</b>
Provisão de Contraprestação não Ganha - PPCNG	387.729	2.577
Provisão para Remissão	180.905	169.215
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS	19.138	37.826
Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais	1.198.019	1.763.768
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	1.636.818	675.504
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	14 <b>61.070</b>	<b>49.793</b>
Débitos com Oper. de Assist. à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	15 <b>872.505</b>	<b>328.347</b>
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	16 <b>1.043.771</b>	<b>638.736</b>
Débitos Diversos	17 <b>2.748.463</b>	<b>2.683.650</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.862.232</b>	<b>1.763.211</b>
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	13 <b>67.703</b>	<b>104.651</b>
Provisão para Remissão	67.703	104.651
Provisões	<b>1.705.560</b>	<b>1.569.591</b>
Provisões para Ações Judiciais	18 <b>1.705.560</b>	<b>1.569.591</b>
Débitos Diversos	<b>88.969</b>	<b>88.969</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>17.250.428</b>	<b>20.164.410</b>
Capital Social	<b>11.393.507</b>	<b>11.856.871</b>
Reservas	<b>5.174.841</b>	<b>4.624.568</b>
Reserva legal	3.556.021	3.393.274
Reserva de assistência técnica, educacional e social - RATES	589.882	202.356
Reserva para contingências	519.453	519.453
Reserva para manutenção do PA	74.442	74.442
Reserva para contingências regulatórias	435.043	435.043
Resultado - Cooperativas	<b>682.080</b>	<b>3.682.971</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>27.261.078</b>	<b>28.277.037</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

  
**Dr Mauro Candido Junqueira**  
 Presidente

  
**Cristiane de Moraes Viana Torquetti**  
 CONTADORA  
 CRC - SP - 208585/O-0

UNIMED DEDRACENA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO  
CNPJ - 68.204.486/0001-13  
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO  
Em reais

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
<b>Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde</b>		<b>37.162.109</b>	<b>37.034.617</b>
<b>Receitas com Operações de Assistência à Saúde</b>		<b>37.758.594</b>	<b>37.670.361</b>
Contraprestações Líquidas		37.106.085	36.983.240
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		25.258	80.251
Receita com Administração		627.251	606.870
<b>(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora</b>		<b>(596.485)</b>	<b>(635.744)</b>
<b>Eventos Indenizáveis Líquidos</b>		<b>(28.336.480)</b>	<b>(26.132.812)</b>
Eventos Conhecidos ou Avisados		(27.375.166)	(26.938.619)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		(961.314)	805.807
<b>RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE</b>		<b>8.825.629</b>	<b>10.901.805</b>
<b>Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde</b>		<b>13.048</b>	<b>11.433</b>
<b>Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora</b>		<b>9.953.289</b>	<b>6.866.075</b>
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar		5.296.984	1.850.975
Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual - Assistência Médico Hospitalar		564.555	-
Outras Receitas Operacionais		4.091.750	5.015.100
<b>(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde</b>		<b>(105.387)</b>	<b>(101.966)</b>
<b>Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde</b>		<b>(212.721)</b>	<b>19.386</b>
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(8.998)	(2.876)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças		(1.240)	-
Provisão para Perdas Sobre Créditos		(202.483)	22.262
<b>Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora</b>		<b>(9.925.406)</b>	<b>(5.161.594)</b>
<b>RESULTADO BRUTO</b>		<b>8.548.452</b>	<b>12.535.139</b>
<b>Despesas de Comercialização</b>		<b>(65.263)</b>	<b>-</b>
<b>Despesas Administrativas</b>	20	<b>(7.083.651)</b>	<b>(6.392.081)</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	21	<b>(186.032)</b>	<b>(1.296.882)</b>
Receitas Financeiras		742.671	492.099
Despesas Financeiras		(928.703)	(1.788.981)
<b>Resultado Patrimonial</b>		<b>26.755</b>	<b>37.670</b>
Receitas Patrimoniais		26.755	37.800
Despesas Patrimoniais		-	(130)
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>1.240.261</b>	<b>4.883.846</b>
Imposto de Renda		(229.065)	(566.760)
Contribuição Social		(101.222)	(238.961)
Participações no Resultado		(25.000)	(31.000)
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>		<b>884.974</b>	<b>4.047.125</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

  
**Dr Mauro Candido Junqueira**  
 Presidente

  
**Cristiane de Moraes Viana Torquetti**  
 CONTADORA  
 CRC - SP - 208565/O-0



**UNIMED DE DRACENA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**  
**CNPJ - 68.204.486/0001-13**  
**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
 Em reais

	Reservas					Total			
	Capital Social	Legal	RATES	Contingências	Desenvolvimento		Manutenção do PA	Contingências Regulatórias	Sobras
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>10.777.984</b>	<b>2.988.563</b>	<b>291.798</b>	<b>519.453</b>	<b>109.187</b>	<b>74.442</b>	<b>435.043</b>	<b>1.818.051</b>	<b>17.014.521</b>
Deliberação da AGO:									
Incorporação de sobras no capital	490.996							(490.996)	-
Distribuição de sobras								(1.300.056)	(1.300.056)
Destinação de sobras para reserva			26.999					(26.999)	-
Capitalização com juros sobre capital	610.931								610.931
Integralização de capital por admissões	33.000								33.000
Baixas de capital	(56.040)								(56.040)
Utilização da RATES			(318.797)						-
Reversão da reserva de desenvolvimento					(109.187)				-
Distribuição antecipada de sobras									(185.070)
Sobra líquida do exercício									4.047.125
Constituição de reservas legal e estatutárias									-
Reserva legal 10%		404.712							(404.712)
RATES 5%			202.356						(202.356)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>11.856.871</b>	<b>3.393.275</b>	<b>202.356</b>	<b>519.453</b>	<b>-</b>	<b>74.442</b>	<b>435.043</b>	<b>3.682.971</b>	<b>20.164.411</b>
Deliberação da AGO:									
Incorporação de sobras no capital	405.196							(405.196)	-
Distribuição de sobras								(1.685.287)	(1.685.287)
Destinação de sobras para reserva			400.000					(400.000)	-
Capitalização com juros sobre capital									-
Destinação para Fundo UTV									-
Destinação Inadimplência Rejuste ANS								(735.740)	(735.740)
Integralização de capital por admissões	46.000							(456.748)	(456.748)
Baixas de capital	(914.560)								46.000
Utilização da RATES			(543.847)						(914.560)
Reversão do Fundo UTV									-
Reversão Reserva Inadimplência Rejuste ANS									735.740
Distribuição antecipada de sobras									456.748
Sobra líquida do exercício									(1.245.110)
Constituição de reservas legal e estatutárias									884.974
Reserva legal 10%		162.746							(162.746)
RATES 5%									(81.373)
Fundo de Ass. Técnica, Educacional e Social			81.373						-
			450.000						(450.000)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>11.393.507</b>	<b>3.556.021</b>	<b>589.882</b>	<b>519.453</b>	<b>-</b>	<b>74.442</b>	<b>435.043</b>	<b>682.080</b>	<b>17.250.428</b>

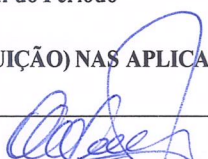


**UNIMED DE DRACENA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO**

CNPJ - 68.204.486/0001-13

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC) EM 31 DE DEZEMBRO  
(VALORES EM R\$ 1)**

	<u>SALDO EM</u> <u>31/12/2021</u>	<u>SALDO EM</u> <u>31/12/2020</u>
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
(+) Recebimento de Planos Saúde	42.783.253	40.918.110
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	33.107.066	32.999.626
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	438.902	420.433
(+) Outros Recebimentos Operacionais	3.692.482	3.463.021
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(27.671.403)	(25.901.882)
(-) Pagamento de Comissões	(78.106)	(74.253)
(-) Pagamento de Pessoal	(4.174.525)	(4.141.384)
(-) Pagamento de Pró-Labore	(440.399)	(416.775)
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	(142.771)	(156.693)
(-) Pagamento de Tributos	(4.739.718)	(4.655.795)
(-) Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(586.495)	(7.794)
(-) Pagamento de Aluguel	(93.579)	(83.912)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	(86.878)	(67.060)
(-) Aplicações Financeiras	(31.607.601)	(35.863.529)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(10.930.264)	(7.626.313)
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b><u>(530.036)</u></b>	<b><u>(1.194.200)</u></b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
(+) Outros Recebimentos das Atividades de Investimento	-	2.979.000
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Hospitalar	(82.418)	(100.731)
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros	(109.804)	(106.866)
(-) Outros Pagamentos das Atividade de Investimento	-	(2.982.013)
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b><u>(192.222)</u></b>	<b><u>(210.610)</u></b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
(+) Integralização de Capital em Dinheiro	46.000	22.000
(+) Outros Recebimentos da Atividade de Financiamento	1.087.997	1.532.543
(-) Pagamento de Juros - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	-	(1.169)
(-) Outros Pagamentos da Atividade de Financiamento	(406.795)	(181.666)
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b><u>727.202</u></b>	<b><u>1.371.708</u></b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA</b>	<b><u>4.944</u></b>	<b><u>(33.102)</u></b>
<b>CAIXA SALDO INICIAL</b>	<b><u>52.935</u></b>	<b><u>86.037</u></b>
<b>CAIXA SALDO FINAL</b>	<b><u>57.879</u></b>	<b><u>52.935</u></b>
<b>Ativos Livres no Início do Período</b>	<b><u>12.064.506</u></b>	<b><u>9.482.483</u></b>
<b>Ativos Livres no Final do Período</b>	<b><u>10.646.622</u></b>	<b><u>12.064.506</u></b>
<b>AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS – RECURSOS LIV</b>	<b><u>(1.417.884)</u></b>	<b><u>2.582.023</u></b>

  
Dr Mauro Candido Junqueira  
Presidente

  
Cristiane de Moraes Viana Torquetti  
CONTADORA  
CRC - SP - 208585/O-0

## **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Unimed de Dracena Cooperativa de Trabalho Médico (“Cooperativa”), sediada em Dracena SP, contava com 83 cooperados no fim de 2021, tem por objetivo a congregação dos integrantes da profissão médica, para sua defesa econômico-social, proporcionando-lhes condições para o exercício de suas atividades e aprimoramento dos serviços de assistência médica.

Os planos de saúde propiciam o atendimento às necessidades de saúde de seus beneficiários, mediante o acesso à rede de prestadores de serviços cooperados e credenciados na sua cidade sede e região. A Cooperativa conta com uma unidade de farmácia localizada no município de Dracena SP, onde atende exclusivamente seus funcionários, cooperados e beneficiários. Em janeiro de 2014, a Cooperativa inaugurou seu pronto atendimento beneficiando seus usuários e demais beneficiários de outros convênios e particulares.

## **2. AMBIENTE REGULATÓRIO**

Por meio da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde. A Cooperativa está subordinada às diretrizes e normas da ANS, a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. Como operadora de planos de assistência à saúde, a Cooperativa encontra-se registrada na ANS, sob o nº 31.478-1.

## **3. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **3.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades regulamentada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Lei das Sociedades Cooperativas (Lei nº 5.764/71) e pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendadas pela ANS. As demonstrações financeiras de 2021 e de 2020 estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela ANS através de Resolução Normativa – sendo a última, RN nº 435 de 23 de novembro de 2018.

A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.



A emissão dessas Demonstrações Financeiras foi autorizada pela Administração da Cooperativa em 07 de março de 2022 e não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e a de aprovação das Demonstrações Financeiras, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira. A Administração da Cooperativa afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Nos exercícios de 2021 e 2020, a Cooperativa não realizou operações para apresentação das demonstrações do resultado abrangente. Dessa forma, a Cooperativa não está apresentando as demonstrações do resultado abrangente para os exercícios de 2021 e 2020.

### **3.2 Base de mensuração**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

### **3.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Cooperativa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Cooperativa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Cooperativa.

### **3.4 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas da ANS e as normas emitidas pelo CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, ingressos e dispêndios. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos, referente às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

## **4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As principais práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.



#### **4.1 Caixa e equivalentes de caixa – disponível e aplicações financeiras**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de disponível (numerário em conta corrente) e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo. As aplicações financeiras são apresentadas no ativo circulante e estão classificadas como:

- Aplicações garantidoras de provisões técnicas: nos termos da RN nº 392/2015 e posteriores alterações. As aplicações vinculadas possuem cláusula restritiva de resgate dependendo de prévia autorização da ANS à instituição financeira e devem ser suficientes para garantir o saldo da: provisão de eventos a liquidar que tenham sido avisados a mais de 60 dias, provisão para eventos ocorridos e não avisados e provisão para remissão. As aplicações não vinculadas têm como objetivo lastrear o saldo da provisão de eventos a liquidar que tenham sido avisados nos últimos 60 dias e que não necessitam de garantias vinculadas.
- Aplicações livres: são resgatáveis no prazo de até 90 dias com risco insignificantes de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Os ganhos ou perdas são registrados no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

#### **4.2 Ativos financeiros**

##### **Classificação**

A Cooperativa classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Cooperativa compreendem: disponível, aplicações financeiras, créditos de operações com planos de assistência à saúde, créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora e outros créditos.

##### **Reconhecimento e mensuração**

Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Cooperativa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **Passivos financeiros não derivativos**

A Cooperativa reconhece passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual a Cooperativa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Cooperativa baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. A Cooperativa classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Cooperativa tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: eventos indenizáveis, débitos de operações de assistência à saúde e outras contas a pagar.

### **4.3 Impairment de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado**

A Cooperativa avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Para os créditos de operações com planos de assistência à saúde e os créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora, os critérios para o cálculo da provisão para perda (*impairment*) estão determinados por Resolução Normativa conforme demonstrado na nota 4.4.

### **4.4 Créditos de operações com planos de assistência à saúde**

Representam os valores a receber em razão do reconhecimento pelo regime de competência, dos ingressos originados dos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde e dos contratos na modalidade de custo operacional e intercâmbio com as Unimed's. A Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC é registrada para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais casos. A Administração da Cooperativa, em análise dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.



#### 4.5 Estoques

Os estoques são demonstrados pelo custo de aquisição ou valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do “custo médio ponderado”. O custo dos estoques compreende o valor dos materiais médicos, medicamentos, insumos e almoxarifado (material de expediente e limpeza) utilizados nas operações da Cooperativa e sua unidade de farmácia e serviços próprios: Pronto Atendimento.

#### 4.6 Investimentos

Representados basicamente, por participações societárias no sistema cooperativista e atividade médica avaliados pelo custo.

#### 4.7 Imobilizado

Compreendido, predominantemente pela infraestrutura administrativa e hospitalar, máquinas e equipamentos, inclusive hospitalares. O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuível à aquisição de um ativo.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. As taxas aplicadas anualmente são:

	<u>Taxa de depreciação</u>
Edificações	4%
Instalações	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Computadores e periféricos	20%
Veículos	20%
Outras imobilizações	10%



Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outros ingressos operacionais no resultado.

#### **4.8 Ativos intangíveis – software**

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares à taxa de 20% a.a.

#### **4.9 Impairment de ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Cooperativa, que não os estoques, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado e quando o valor em uso do ativo ou o seu valor de mercado é menor que o valor contábil é registrado a perda por *impairment* entre essa diferença.

#### **4.10 Benefícios a empregados**

Obrigações de benefícios a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como dispêndios conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a partir de uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A participação mínima dos empregados no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria. Complementos adicionais à participação mínima, quando aplicável, são reconhecidos de acordo com determinadas metas estipuladas pela Administração.

Os valores dos dispêndios com pessoal estão demonstrados na nota 21.

#### **4.11 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde**

São aquelas estabelecidas pela ANS para garantir a liquidez financeira e operacional da operadora de planos de assistência à saúde, conforme demonstrado na nota 13. Segue um breve descritivo sobre a prática contábil para as provisões técnicas:

(I) Provisão de prêmios ou contraprestações não ganhas - PPCNG

É constituída conforme previsto na RN nº 314/12 da ANS e caracteriza-se pelo registro contábil do valor mensal cobrado pela Cooperativa para cobertura do risco contratual da vigência que se inicia naquele mês, devendo ser baixada a crédito de ingressos de prêmios ou contraprestações, no último dia do mês de competência, pelo risco já decorrido no mês. Os valores registrados na PPCNG não precisam ser lastreados por ativos garantidores.

(II) Provisão para remissão

Provisão calculada mensalmente decorrente de obrigação contratual de manter assistência à saúde aos dependentes, quando da ausência do titular. Foi estabelecida por Resolução Normativa da ANS e constituída pelo valor definido por laudo técnico atuarial.

(III) Provisões para eventos a liquidar

Provisões para fazer frente aos valores a pagar por eventos avisados até a data-base de apuração. A resolução dispõe também que o registro contábil dos eventos a liquidar deverá ser realizado pelo valor integral cobrado pelo prestador ou apresentado pelo beneficiário, no primeiro momento da identificação da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da preliminar das despesas médicas.

(IV) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA

É calculada conforme nota técnica atuarial aprovada pela ANS para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pela Cooperativa por falta de avisos.

(V) Provisão de eventos a liquidar para o SUS

Referem-se a cobranças do ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecido pelo artigo 32 da Lei nº 9656/1998, advinda de atendimento médico, hospitalar e ambulatorial pela rede pública de saúde, de beneficiários do seu próprio plano de saúde.

#### **4.12 Cotas de cooperados**

As cotas de capital são classificadas no patrimônio líquido. No caso de demissão, os cooperados têm seu capital social devolvido conforme Estatuto Social e a legislação cooperativista.



#### **4.13 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Cooperativa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas (impairment) quando necessário.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

#### **4.14 Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nos ingressos, dispêndios e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de dispêndios e ingressos financeiros no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas quando aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

#### **4.15 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.



- Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

#### **4.16 Ingresso operacional**

##### **Reconhecimento dos ingressos e respectivos custos**

Por determinação da ANS, são classificados como “contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde” o resultado líquido dos ingressos (receitas), deduzidas às variações das provisões técnicas, os abatimentos, cancelamentos e restituições, registradas por período de implantação do plano, natureza jurídica da contratação e modalidade de cobertura.

A apropriação dos ingressos observa o regime de competência de exercícios considerando:

- (i) nos contratos com preços preestabelecidos, o período de cobertura contratual; e
- (ii) nos contratos com preços pós-estabelecidos, a data em que se fazem presentes os fatos geradores do ingresso.

A apropriação dos respectivos custos (eventos indenizáveis) ocorre quando do recebimento das respectivas contas e através da constituição de provisão como referido na nota 13.

Os demais ingressos e dispêndios observam o regime de competência de exercícios para o seu reconhecimento.

##### **Atos cooperativos**

São segregados em atos cooperativos e atos não cooperativos, para fins de apuração de incidência tributária aplicável à sociedade. Os Atos Cooperativos correspondem aos serviços praticados entre as Cooperativas e seus cooperados e pelas Cooperativas entre si quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais (Lei nº 5764, art.79). Os Atos não cooperativos refletem as operações realizadas por prestadores não cooperados.

##### **Ingressos financeiros e dispêndios financeiros**

Os ingressos financeiros abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. O ingresso de juros é reconhecido no resultado, através do método dos juros efetivos.

Os dispêndios financeiros abrangem juros incorridos até a data do balanço e descontos concedidos.

#### 4.17 Imposto de Renda e Contribuição Social – Correntes

Calculados com base no lucro real tributável conforme determinações da Secretaria da Receita Federal, às operações consideradas não cooperadas, às alíquotas estabelecidas para o imposto de renda e para a contribuição social, nos termos da legislação fiscal e alíquotas vigentes. O resultado decorrente das operações com cooperados é isento destes tributos.

### 5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Modalidade	2021	2020
CDB - Pós-fixado	2.125.810	2.051.979
Fundo dedicado ao setor de saúde suplementar	2.089.102	2.016.184
<b>Garantidoras de provisões técnicas</b>	<b>4.214.912</b>	<b>4.068.163</b>
CDB DI Pós-fixado	10.588.743	12.011.571
<b>Livres</b>	<b>10.588.743</b>	<b>12.011.571</b>
<b>Total</b>	<b>14.803.655</b>	<b>16.079.734</b>

As aplicações financeiras foram realizadas em instituições financeiras nacionais e são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e representadas substancialmente por aplicações financeiras em fundos e certificados de depósitos bancários. As taxas de juros são as normais do mercado para as modalidades, com rentabilidade percentual do CDI, considerando o valor e a época das aplicações, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Cooperativa.

A Cooperativa apresentou as aplicações financeiras garantidoras de provisões técnicas, nos termos da RN nº 392/2015 e posteriores alterações da ANS. A vinculação deve ser realizada em Fundos Dedicados à Saúde Suplementar, por meio de convênios entre a ANS e as instituições financeiras e sua utilização imediata necessitará de breve autorização pela ANS à instituição financeira.

### 6. CREDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Descrição	2021	2020
Contraprestações pecuniárias	799.304	487.806
(-) Provisão para perdas sobre créditos – PPSC (i)	(250.082)	(48.404)
	<b>549.222</b>	<b>439.402</b>
Operadoras de planos de assistência à saúde	303	794.346
Outros créditos de operações com planos de assist. à saúde (ii)	96.317	456.789
<b>Total</b>	<b>645.842</b>	<b>1.690.537</b>



## Unimed de Dracena Cooperativa de Trabalho Médico

### Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

- (i) Constituída de acordo com os critérios da RN ANS detalhado no item 4.4. A Administração da Cooperativa, em análises dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.
- (ii) Os valores referem ao Fundo de Custeio junto a Unimed FESP cujo objetivo é para suprir com eventuais eventos assistenciais de alto custo.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Cooperativa não mantém nenhum título com garantia.

## 7. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANO DE SAÚDE OPERADORA

Descrição	2021	2020
Intercâmbio a receber – atendimento eventual	1.857.232	128.299

Contas a receber referentes aos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde de outras Unimed's.

## 8. BENS E TÍTULOS A RECEBER

Descrição	2021	2020
Estoques (i)	481.952	622.138
Títulos a receber	270.748	268.333
Adiantamentos	79.707	152.6
(-) Provisão para perdas sobre créditos – PPSC	(14.620)	(13.036)
<b>Total</b>	<b>817.787</b>	<b>1.030.035</b>

- (i) Estoque de medicamentos disponível para comercialização na farmácia e utilização no Pronto Atendimento.

## 9. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

Descrição	2021	2020
Depósitos judiciais – Ressarcimento ao SUS (i)	22.461	51.854
Processos Receita Federal do Brasil (ii)	683.381	683.380
<b>Total</b>	<b>705.842</b>	<b>735.234</b>



Unimed de Dracena Cooperativa de Trabalho Médico

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

---

- (i) Trata-se de depósitos judiciais realizados sobre Guias de Recolhimento da União (GRU), que estão cobradas e contestadas judicialmente, referente o ressarcimento de despesas assistenciais com beneficiários de planos de saúde da Cooperativa, ocorridas na rede de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS). O montante devido está registrado no passivo circulante, nota 13.
- (ii) A Cooperativa está contestando judicialmente a exigibilidade de tributos. Os montantes em discussão estão representados por valores atualizados, correspondidos no passivo não circulante, nota 18.

## 10. INVESTIMENTOS

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Unimed do Estado de São Paulo Federação	256.477	256.477
Federação Intrafederativa Centro Oeste Paulista	1.421.938	1.264.404
Central Nacional Unimed	40.861	38.878
<b>Total</b>	<b>1.719.276</b>	<b>1.559.759</b>

Os investimentos em sociedades cooperativas não representam controladas e/ou coligadas e seus saldos contábeis são mantidos a custo de aquisição, e deduzidos da provisão para *impairment*, quando aplicável.

## 11. IMOBILIZADO

Descrição	31/12/2020	Aquisições	Baixas	31/12/2021
<b>Custo corrigido</b>				
Terrenos	742.359	-	-	742.359
Edificações	6.120.866	-	-	6.120.866
Instalações	69.577	2.500	-	72.077
Máquinas e equipamentos	1.503.264	53.172	-	1.556.436
Móveis e utensílios	505.313	65.540	-237	570.616
Computadores e periféricos	609.494	1.854	-	611.348
Veículos	28.149	-	-	28.149
Outras imobilizações	152.838	-	-	152.838
	<b><u>9.731.860</u></b>	<b><u>123.066</u></b>	<b><u>-237</u></b>	<b><u>9.854.689</u></b>
<b>Depreciação acumulada</b>				
Edificações	-1.693.166	-244.333		-1.937.499
Instalações	-52.636	-2.495		-55.131
Máquinas e equipamentos	-706.988	-147.937		-854.925
Móveis e utensílios	-284.110	-45.333	237	-329.206
Computadores e periféricos	-511.722	-36.887		-548.609
Veículos	-28.149	-		-28.149
Outras imobilizações	-37.973	-24.534		-62.507
	<b><u>-3.314.744</u></b>	<b><u>-501.519</u></b>	<b><u>237</u></b>	<b><u>-3.816.026</u></b>
<b>Total</b>	<b><u>6.417.116</u></b>	<b><u>-378.453</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>6.038.663</u></b>

A Administração da Cooperativa realizou a análise da vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado e a definição dos valores residuais finais. Portanto, no exercício de 2021 e de 2020, o cálculo da depreciação já contempla essas análises (valor depreciável), bem como, a análise quanto à recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado.

## 12. INTANGÍVEL

Descrição	31/12/2020	Adições	31/12/2021
Softwares e aplicativos	767.089	75.456	842.545
(-) Amortização acumulada	(488.415)	(100.779)	(589.194)
<b>Total</b>	<b>278.674</b>	<b>(25.323)</b>	<b>253.351</b>



### 13. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Descrição	2021	2020
Provisão de prêmios/ contraprestações	<b>568.634</b>	<b>171.792</b>
Provisão de prêmio/ contraprestação não ganha – PPCNG	387.729	2.577
Provisão para remissão	180.905	169.215
Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS	<b>19.138</b>	<b>37.826</b>
Provisão eventos a liquidar para o SUS – GRU	11.847	34.279
Provisão eventos a liquidar para o SUS – ABI	7.291	3.547
Provisão de eventos/ sinistros a liquidar	<b>1.198.019</b>	<b>1.763.768</b>
Cooperados	258.900	445.169
Serviços credenciados e intercâmbio	939.119	1318.599
Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	<b>1.636.818</b>	<b>675.504</b>
<b>Circulante</b>	<b>3.422.609</b>	<b>2.648.89</b>
Provisão para remissão	67.703	104.651
<b>Não circulante</b>	<b>67.703</b>	<b>104.651</b>
	<b>3.490.311</b>	<b>2.753.541</b>

A forma de constituição e manutenção das provisões técnicas estão descritas na nota 4.11.

A ANS, por meio de Resolução Normativa, passou a exigir das operadoras a partir daquelas datas, de Patrimônio Mínimo Ajustado, Margem de Solvência, Provisão de prêmio/ contraprestação não ganhas – PPCNG, Provisão para Remissão e Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados (PEONA), entre outras provisões a serem estabelecidas para garantia de obrigações contratuais. Os indicadores de regulação estão demonstrados na nota 24.

As mencionadas Provisões Técnicas estão garantidas por aplicações do segmento de renda detalhadas na nota 5, atendendo aos critérios estabelecidos pela RN da ANS, representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDB e quotas de Fundo de Investimentos, dedicados ao Setor de Saúde Suplementar.

### 14. DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Descrição	2021	2020
Receita Antecipada de Contraprestações (i)	16.360	-
Operadoras Plano Assistência Médico (Hospitalar (ii)	36.083	49.793
Outros Débitos de Operações com Plano de Saúde (iii)	8.627	-
<b>Total</b>	<b>61.070</b>	<b>49.793</b>

- (i) São registrados os valores recebidos antecipadamente referente mensalidades de pessoas físicas.  
 (ii) São registrados os valores referentes a contabilização do intercâmbio de

- corresponsabilidade cedida.  
(iii) São registrados os valores destinados aos fundos de custeio .

## 15. DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE ASSISTÊNCIAS À SAÚDE

Descrição	2021	2020
Débitos de Prestação de Serviços/ Intercâmbio (i)	872.505	328.347

- (i) Débitos originados das transações de intercâmbio eventual.

## 16. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

Descrição	2021	2020
FGTS	26.866	26.117
INSS	197.080	156.855
CSLL	-	855
IRRF	675.799	278.398
PIS/COFINS/CSLL retidos	30.828	43.347
ICMS	3.240	2.493
COFINS	97.455	112.337
PIS	12.341	18.005
Contribuição sindical	138	311
ISS	24	18
<b>Total</b>	<b>1.043.771</b>	<b>638.736</b>

## 17. DÉBITOS DIVERSOS

Descrição	2021	2020
Obrigações com pessoal	469.998	443.587
Fornecedores (i)	500.955	667.097
Outros débitos a pagar	1.049.386	162.100
Juros sobre capital próprio (ii)	728.124	1.410.866
<b>Total</b>	<b>2.748.463</b>	<b>2.683.650</b>

- (i) O saldo é composto substancialmente pelos valores a pagar a fornecedores de materiais e medicamentos farmacêuticos, que estão disponibilizados na farmácia para comercialização e utilização no pronto atendimento.  
(ii) Juros sobre capital próprio calculado à taxa de 12% sobre o capital de cada cooperado.



## 18. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Encontram-se em questionamento ações na área tributária. A Administração da Cooperativa, suportada pela assessoria jurídica, entende que as estimativas provisionadas são suficientes para cobrir eventuais perdas.

Os saldos das provisões estão demonstrados a seguir:

Descrição	2021	2020
Tributária		
IRPJ (i)	869.664	869.665
ANS – Taxa saúde suplementar (ii)	77.029	77.029
ISS (iii)	704.567	568.597
Cível (iv)	54.300	54.300
<b>Total</b>	<b>1.705.560</b>	<b>1.569.591</b>

Adicionalmente, a Cooperativa possui depósitos judiciais registrados na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais”, no ativo não circulante nota 9.

- (i) A Cooperativa sofreu auto de infração e imposição de multa lavrado pela Receita Federal relativo ao não pagamento do IRPJ correspondente aos anos base de 1995 a 1998. A Administração da Cooperativa suportada pela assessoria jurídica entende que as possibilidades de ganho são favoráveis, sendo que conservadoramente mantém provisão em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais riscos de perdas na demanda. A Cooperativa mantém depósitos judiciais efetuados, que estão registrados no ativo não circulante (nota nº 9) no valor de R\$ 683.381.
- (ii) A Cooperativa discute na justiça a ilegalidade e a inconstitucionalidade da taxa de saúde suplementar de exigibilidade da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. Atualmente existem decisões favoráveis às operadoras de planos de assistência à saúde que ingressaram com ação judicial.
- (iii) A Cooperativa mantém conservadoramente provisão face as discussões sobre a exigibilidade do ISSQN pelas prefeituras no domicílio do beneficiário.
- (iv) Provisão constituída, conservadoramente, sobre processos de natureza cível, para os quais os assessores jurídicos da Cooperativa consideram como provável os riscos de perdas nas demandas.

Durante o curso normal de seus negócios, a Cooperativa fica exposta a certas contingências e riscos, relacionados com causas tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

De acordo com as legislações vigentes, as operações da Cooperativa estão sujeitas as revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais diferentes para os diversos impostos e contribuições federais, estaduais e municipais.

A Cooperativa discute ações cíveis no montante de R\$ 489.800 de perda possível (R\$ 358.394 em 2020), cuja opinião dos consultores jurídicos quanto a probabilidade de perda para 31 de dezembro de 2021 é que o desfecho desses processos pelo andamento atual classifica-se como possível. Tais ações, devido a natureza e histórico são passíveis de acordos de menor valor. Sobre estas demandas não foi constituída provisão.

## 19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### Capital social

O Capital social de R\$ 11.393.507 é formado por cotas partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma e classificado no patrimônio líquido, conforme o artigo 140 da Lei nº 13.097/2015. O quadro de cooperados da Cooperativa em 31 de dezembro de 2021 é de 83. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um só voto, qualquer que seja o número de suas cotas partes.

### Destinações estatutárias

De acordo com o Estatuto Social da Cooperativa e a Lei nº 5.764/1971, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

- 10% para Reserva Legal, destinada a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social – RATES, destinada à prestação de assistência aos cooperados e funcionários da Cooperativa, nos termos de regulamentação própria a ser definida em Assembleia Geral, sendo indivisível nos casos de dissolução e liquidação;
- outras reservas que poderão ser constituídas com fins e duração específicos em Assembleia Geral.

### Reserva para desenvolvimento

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em exercícios anteriores foi deliberado a constituição da reserva para desenvolvimento, cuja finalidade é a retenção do valor para compra dos equipamentos e manutenção da unidade de pronto atendimento. Em 2020, houve a reversão da reserva para sobras à disposição da AGO, no valor de R\$ 109.187 (R\$ 147.095 em 2019) não havendo saldo em 2021.

### Reserva para manutenção do pronto atendimento (PA)

Em Assembleia Geral realizada em 2015, foi deliberada a constituição da reserva para manutenção do PA (Pronto Atendimento).



### **Reserva para contingências regulatórias**

Tem por finalidade a proteção da Cooperativa frente as exigências da regulamentação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

### **Resultado à disposição da AGO**

As sobras apuradas após a constituição das reservas estatutárias e legais ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO) para deliberação quanto à sua destinação. As perdas são compensadas com as reservas existentes na data do balanço.

De acordo com a legislação que rege as sociedades cooperativas, Lei nº 5.764/1971, e o Estatuto Social, as sobras à disposição da AGO podem ser capitalizadas ou distribuídas aos cooperados de acordo com a usufruição dos serviços da Cooperativa ou, ainda, incorporadas em reservas conforme deliberação dos cooperados na Assembleia Geral.

## **20. DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Pessoal	-3.066.921	-2.648.427
Honorários diretoria e conselhos	-967.460	-932.362
Serviços de terceiros	-426.028	-442.847
Localização e funcionamento	-1.583.872	-1.426.444
Publicidade e propaganda	-95.446	-73.265
Tributos	-274.732	-205.154
Diversas	-669.192	-663.582
<b>Total</b>	<b>-7.083.651</b>	<b>-6.392.081</b>

## 21. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2021	2020
<b>Ingressos financeiros</b>		
Rendimentos de aplicações financeiras	697.622	417.42
Juros por recebimentos em atraso	17.915	47.186
Descontos obtidos	9.054	11.369
Outras receitas	18.080	16.124
	<b>742.671</b>	<b>492.099</b>
<b>Dispêndios financeiros</b>		
Juros e multa	(32.127)	(190.741)
Descontos concedidos	(71.926)	(98.548)
Juros sobre capital próprio	(728.125)	(1.410.866)
Despesas bancárias	(1.427)	(87.847)
Outras despesas	(95.098)	(979)
	<b>(928.703)</b>	<b>(1.788.981)</b>
<b>Total</b>	<b>(186.032)</b>	<b>(1.296.882)</b>

## 22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A estrutura de governança corporativa da Cooperativa compreende a Diretoria, cujas atribuições, poderes e funcionamento são definidos no Estatuto da Cooperativa. Os diretores são os representantes legais da Cooperativa, responsáveis principalmente, pela sua administração e pelo desenvolvimento das políticas e diretrizes gerais. São eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, com mandato de três anos, sendo permitida uma reeleição para o mesmo cargo, já para o Conselho Fiscal o mandato é de 1 ano com obrigatoriedade de troca de 2/3 dos seus membros.

A Cooperativa efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a remuneração por serviços prestados a seus beneficiários do plano de saúde e pagamento de pró-labore. As outras transações são efetuadas em similaridade com o praticado pelo mercado e atividade cooperativista:

Descrição	2021			2020		
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Conta Corrente de Cooperados	7.225					
Remuneração dos Administradores e Conselhos			967.460			932.362
Produção Médica			8.673.236			8.904.672



## 23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ATIVOS GARANTIDORES ANS

### 23.1 Gestão de riscos financeiros

#### Fatores de risco financeiro

As atividades da Cooperativa a expõem a alguns riscos financeiros: risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco financeiro busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Cooperativa.

A gestão de risco é realizada pela diretoria financeira que identifica, avalia e protege a Cooperativa contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de riscos financeiros bem como para áreas específicas como risco de crédito, uso de instrumentos financeiros e investimentos de excedentes de caixa.

#### Riscos de crédito

O risco de crédito decorre de contas a receber em aberto de clientes de plano de assistência à saúde. O departamento financeiro avalia a qualidade do crédito de seus clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

#### Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é:

Descrição	Valor contábil	
	2021	2020
Disponível	57.879	52.935
Aplicações financeiras	14.803.655	16.079.734
Créditos de operações com planos de assist. à saúde	645.842	1.690.537
Créditos de op. de assist. à saúde não relac. com planos de saúde da operadora	1.857.232	128.299
Bens e títulos a receber	335.835	407.897
<b>Total</b>	<b>17.700.443</b>	<b>18.359.402</b>

### **Créditos a receber e outros recebíveis**

A política de gerenciamento do risco de crédito sobre as contas a receber está em linha com a resolução normativa da ANS, que estabelece que deve ser constituída provisão para perda decorrente da existência de inadimplência. As operadoras de planos de assistência à saúde devem constituir a Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC de acordo com os critérios estabelecidos nessa RN detalhado na nota 4.4.

### **Risco de liquidez**

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Cooperativa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, bem como exigências de garantias determinadas pela ANS.

A Cooperativa investe o excesso de caixa gerado em depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez e margem suficientes.

### **Disponível**

Basicamente representado por valores em conta corrente. O excedente de caixa é imediatamente investido em aplicações de liquidez imediata.

### **Aplicações financeiras**

A Cooperativa possui aplicações financeiras com classificação de risco baixa. A Administração classifica os investimentos de liquidez imediata (exceto as aplicações garantidoras da ANS) e de baixo risco.

Para avaliação do risco de liquidez a Cooperativa se pauta das análises aplicadas para atendimento a Resolução Normativa da ANS relacionadas aos:



### **(I) Recursos próprios mínimos**

Consideram-se Recursos Próprios Mínimos o limite do patrimônio líquido que deverá ser observado pelas Operadoras de Planos de Saúde (OPS), a qualquer tempo, de acordo com os critérios de Patrimônio Líquido Ajustado e Margem de Solvência. A Resolução Normativa ANS nº 451, da Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras (DIOPE), define os ajustes por efeitos econômicos no patrimônio das OPS a ser considerado para fins de adequação às regras de Recursos Próprios Mínimos (Patrimônio Líquido Ajustado – PLA) e Margem de Solvência.

O Patrimônio líquido ajustado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 16.786.470 (R\$ 18.390.187 em 2020).

O Capital Base (CB) representa o valor mínimo do patrimônio líquido da operadora de saúde, ajustado por efeitos econômicos, calculado a partir da multiplicação do fator “K”, emitido pela ANS, pelo capital (base de R\$ 9.726.595 em dezembro de 2021, o qual é anualmente ajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), que deve ser observado pelas operadoras de planos de saúde.

O fator “K” vigente em dezembro de 2021 corresponde a 3,98%, de modo que o Capital Base (CB) é de R\$ 387.118 (R\$ 427.306 em 2020), consequentemente, o Patrimônio Líquido Ajustado da Cooperativa atende a esse mínimo estabelecido.

### **(II) MARGEM DE SOLVÊNCIA**

A Margem de Solvência corresponde à suficiência do patrimônio líquido ajustado por efeitos econômicos, conforme critérios definidos em Resolução Normativa da ANS. Em 31 de dezembro de 2020 a Cooperativa apresenta necessidade de margem de solvência em R\$ 5.336.523 (R\$ 4.754.232 em 2020) que corresponde em 2021 a 92,66% da necessidade total da margem de solvência, portanto, o patrimônio líquido ajustado é suficiente perante a margem de solvência.

### **Estimativa do valor justo**

Pressupõe-se que os saldos de créditos de operações e eventos a liquidar com operações de assistência à saúde pelo valor contábil, menos perda (impairment), estejam próximos de seus valores justos.


## 24. DESEMPENHO OPERACIONAL FRENTE A COVID-19

Preocupações com a saúde global e nacional, como o surgimento de doenças pandêmicas ou contagiosas, como o COVID-19 impactou o resultado do exercício de 2021 da Cooperativa. Os gastos assistências sofreram alterações com beneficiários atingidos pela doença principalmente nos casos de internações em UTI, já por outro lado as medidas de isolamento social, recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), comunidade médica, governo e municípios para conter a curva de contágios da doença, fizeram com que as pessoas cancelassem exames, consultas médicas e cirurgias, gerando uma queda na demanda por serviços de assistência à saúde no decorrer do ano de 2020. E no ano de 2021, essa demanda reprimida somada com aumento do custo de medicamento, falta de suprimentos médico-hospitalar, aumentaram de maneira significativa os custos assistenciais. A extensão em que a vacinação avança em todo o território nacional, verifica-se uma redução nos casos e internações. Porém ainda é incerto os impactos futuros que a COVID-19 poderá ocasionar, incluindo novas informações que possam surgir sobre as mutações do vírus e as ações para contê-lo ou tratar seu impacto, entre outras.


## 25. COBERTURA DE SEGURO

A Administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros.

Dracena/SP, 31 de dezembro 2021.

  
Mauro Candido Junqueira  
Diretor Presidente

  
Renato Nakamura  
Superintendente

  
Paula Erika Osaki da Fonseca  
Vice-Presidente

  
Cristiane de Moraes Viana Torquetti  
Contadora - CRC SP 208585/O-0